

Relações étnico-raciais, escola e formação continuada de professores: uma experiência na comunidade do Curuzu-Salvador/BA

Sandro dos Santos Correia^{1*} 

¹Universidade do Estado da Bahia - Salvador, Bahia, Brasil

*Autor de correspondência: correia.sandro@yahoo.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a experiência pedagógica na comunidade do Curuzu por meio da coordenação pedagógica na Especialização Lato-Sensu intitulada "Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros" das Faculdades Integradas Olga Mettig em 2007. O Objetivo Geral foi a capacitação de profissionais de educação e áreas afins sobre a lei 10.639 e sua operacionalidade no trabalho pedagógico, seja ele, realizado em sala de aula ou em outro espaço coletivo de aprendizagem. Os Objetivos específicos foram: fornecer subsídios pedagógicos sobre a lei 10.639 e promover interação pedagógica entre as várias matrizes culturais formadoras do território brasileiro. Este curso pretendeu atender a operacionalidade da lei 10.639/03 tendo como principal público – alvo educadores e graduados na área de ciências humanas e sociais. Os principais resultados dessa experiência estão em torno do acesso aos educadores e educadoras a teorias decoloniais e antirracistas.

PALAVRAS-CHAVE:

Curuzu
Escola
Estudos africanos e afro-brasileiros
Formação de professores
Lei 10639/03

ABSTRACT

The present work aims to reflect on the pedagogical experience in the community of Curuzu through pedagogical coordination in the Lato-Sensu Specialization entitled "African and Afro-Brazilian Studies Methodology" of Faculdades Integradas Olga Mettig in 2007. The General Objective was to train of education professionals and related areas on Law 10,639 and its operation in pedagogical work, whether carried out in the classroom or in another collective learning space. The specific objectives were: to provide pedagogical subsidies on Law 10,639 and to promote pedagogical interaction between the various cultural matrices that formed the Brazilian territory. This course was intended to comply with the operation of Law 10.639/03, having as its main target audience educators and graduates in the area of human and social sciences. The main results of this experience revolve around the access for educators to decolonial and anti-racist theories.

KEYWORDS:

African and Afro-Brazilian studies
Curuzu
Law 10639/03
School
Teacher training

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la experiencia pedagógica en la comunidad de Curuzu a través de la coordinación pedagógica en la Especialización Lato-Sensu titulada "Metodología de los Estudios Africanos y Afrobrasileños" de las Faculdades Integradas Olga Mettig en el año 2007. El Objetivo General fue formar de la educación profesionales y áreas afines sobre la Ley 10.639 y su funcionamiento en el trabajo pedagógico, ya sea que se realice en el aula o en otro espacio colectivo de aprendizaje. Los objetivos específicos fueron: otorgar subsidios pedagógicos sobre la Ley 10.639 y promover la interacción pedagógica entre las diversas matrizes culturales que formaban el territorio brasileño. Este curso tuvo como objetivo cumplir con la operación de la Ley 10.639/03, teniendo como principal público objetivo a educadores y graduados en el área de ciencias humanas y sociales. Los principales resultados de esta experiencia giran en torno al acceso de los educadores a las teorías decoloniales y antirracistas.

PALABRAS-CLAVE:

Curuzu
Escuela
Estudios africanos y afrobrasileños
Formación de profesores
Ley 10639/03

SUBMETIDO: 08 de julho de 2022 | **ACEITO:** 23 de agosto de 2022 | **PUBLICADO:** 30 de agosto de 2022
© ODEERE 2022. Este artigo é distribuído sob uma Licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1. Uma introdução

O desenvolvimento da especialização lato-sensu “Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros” desenvolvida nos anos de 2007 e 2008 nas Faculdades Integradas Olga Mettig buscou aprofundar conhecimentos sobre as relações raciais no Brasil, uma vez que os mecanismos usados pelas classes dominantes predominantemente brancas, para excluir os afros descendentes do acesso aos bens e serviços socialmente produzidos, ao mesmo tempo em que, utilizam as instituições sociais para produzir e reproduzir valores e padrões culturais que perpetuam e legitimam o seu poder.

A escola tem sido uma agência social poderosa na criação e veiculação de estereótipos negativos em relação aos afrodescendentes. Em um país com uma história de Escravidão de mais de 300 anos se acostumou em tratar o negro como uma mercadoria, até os dias atuais, sendo responsável pelo racismo.

O racismo nunca foi considerado um problema no Brasil frente a longevidade do trabalho escravo e o fato de um país em desenvolvimento com colonização de exploração com uma dependência externa que criou essa realidade atual que exclui boa parte da população de origem africana.

A imagem que a escola expande do negro através dos seus materiais pedagógicos é marcada em grande parte pela estereotipia de incapacidade intelectual e de incompetência. Esses estereótipos de incapacidade podem desenvolver nas crianças negras e brancas preconceitos quanto a capacidade intelectual do povo negro, resultando nas crianças negras em um sentimento de incapacidade, que pode conduzi-la ao desinteresse, repetência e evasão. Nas crianças brancas e de pele clara o estereótipo de incompetência atribuído ao negro, pode levá-las a atitudes de menosprezo e conceito de menos valia a esse grupo étnico-racial, gerando a rejeição e afastamento do mesmo (SILVA, 2001, p. 44).

Dessa maneira a escola vem se omitindo em discutir, em trazer para dentro dela o debate sobre as desigualdades raciais, e as possibilidades de superação dessa realidade cruel. Mas o fato de omitir, não significa que não veicule e reforce o estereótipo racista, seja através da linguagem escrita e pictográfica que trazem os livros didáticos ou da omissão dos educadores em abordar de forma séria esse assunto na sala de aula. Trazendo ao conhecimento dos alunos a verdadeira história dos africanos escravizados e seus descendentes, suas contribuições para a

formação do nosso país.

O contexto de uma nação marcado por séculos de escravismo não contemplou os conteúdos da história e cultura africana trazida pelos africanos escravizados e preservada com bravura pelos seus descendentes. Quando as crianças afrodescendentes ingressam nas escolas, principalmente da rede pública tem início o processo de inculcação de valores e padrões culturais eurocêntricos. Relega-se ao segundo plano a realidade sociocultural vivenciada por essas crianças, os símbolos e representações com os quais convivem e estão acostumadas não são referendados, não são valorizados, ao contrário, é comum que sejam estigmatizados, desprestigiados. Vanda Machado faz a seguinte afirmação:

“A escola, como aparelho ideológico do Estado na sua prática, tende a ignorar os valores culturais negros, seu universo simbólico, incentivando nas crianças os padrões estereótipos da ideologia do branqueamento” (MACHADO, 1999, p.68).

A função da escola, antes de 2003, até os dias atuais continua contemplando, mesmo depois de 18 anos de publicada a lei 10.639/03 a vida e cosmovisão do colonizador continua sendo a tônica da educação.

O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência direta da aventura colonial... E ninguém pensa em contestar que ela alimenta sua veia principal no coração das diversas teorias que fizeram do negro o meio do caminho no desenvolvimento do macaco até o homem. São evidências objetivas que dão conta da realidade (FANON, 2008, p.33).

A afirmação de Fanon (2008) revela que o colonialismo vem sendo fortalecido ao inferiorizar e excluir a história das civilizações africanas, negando o acesso à memória aos descendentes desses povos escravizados e que acabam tendo uma cidadania incompleta, como também em supervalorizar o colonizador.

“Escola, portanto, como um aparelho do Estado procura estabelecer e reproduzir valores constituintes de uma identidade eurocêntrica promovendo consequentemente a rejeição e, por conseguinte a evasão da grande maioria das crianças brasileiras lançando-as para fora da sociedade oficial, relegando-as como futuros cidadãos de segunda classe, impedidos de uma real participação no processo socioeconômico hegemônico, classificados então como “mão-de-obra não especializada”. Sujeitos ao recebimento de ínfimos salários por trabalhos extenuantes” (LUZ, 2000, p.254).

Dessa forma, a inclusão nos currículos escolares de conteúdos que contemplam a história e a cultura afro-brasileira e africana representa a possibilidade de mudança dessa base curricular eurocêntrica e a introdução da pluralidade cultural, o reconhecimento das contribuições que os africanos escravizados e seus descendentes deram e dão para a construção do país, colaborando para a desconstrução de estereótipos negativos criados ao longo de séculos sobre a cultura afro-brasileira.

2. A importância dessa proposta

A sociedade brasileira é pluriétnica, pois sua formação se deu através do convívio forçoso e conflituoso entre povos de origens étnicas diferentes. No entanto, as instituições sociais estão estruturadas dentro de um modelo cultural eurocêntrico, privilegiando visão de mundo dos grupos dominantes da nossa sociedade. E a escola, enquanto instituição social voltada para a produção e transmissão de conhecimentos é uma instância fundamental para a produção e reprodução dos valores e padrões culturais de matriz europeia que valorizam e fortalecem os grupos dominantes formados, enquanto os valores e padrões culturais dos afrodescendentes, dos índios e outros grupos étnicos minoritários não são contemplados e valorizados dentro do sistema de ensino oficial.

Nesse aspecto foi muito importante o avanço obtido com a aprovação da Lei nº. 9.394 que estabelecem diretrizes e bases da Educação Nacional que prevê a inclusão nos currículos das contribuições das diferentes culturas e etnias que formaram o povo brasileiro.

Como resultado das lutas e pressões dos grupos sociais atingidos pela discriminação e entidades civis que lutam pela inclusão social dos afros descendentes foi aprovada a Lei nº. 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana na Educação Básica.

O Objetivo Geral foi a capacitação de profissionais de educação e áreas afins sobre a lei 10.639 e sua operacionalidade no trabalho pedagógico, seja ele, realizado em sala de aula ou em outro espaço coletivo de aprendizagem. Os Objetivos específicos foram: fornecer subsídios pedagógicos sobre a lei 10.639 e

promover interação pedagógica entre as várias matrizes culturais formadoras do território brasileiro.

1.3 Uma proposta pedagógica

A proposta pedagógica desenvolvida nesta especialização *latu-sensu* foi baseada em uma matriz científica variada, pois se trata de uma proposta plural que contempla discussões que foram realizadas por professoras, professores e intelectuais.

Assim, o conjunto de disciplinas (ver Quadro 1) que foram oferecidas e as oficinas (ver Quadro 2) com um esforço de responder a todas estas expectativas criadas pela idealidade de um espaço de aprendizagem que contemple o homem, em muitas das suas facetas, principalmente a compreensão, a diferença, tema tão complexo de se enfrentar e que geralmente, provocam as guerras e tantos conflitos étnicos, culturais, políticos, econômicos e sociais.

A proposta foi marcada por algumas outras especificidades como: todas as oficinas foram ministradas no bairro do Curuzu, já que esta comunidade é marcada pela sua história de resistência favorecendo um cenário exclusivo e inédito do ponto de vista das estratégias urbanas de sobrevivência utilizadas pela população residente, pelo fato desta comunidade estar localizada na periferia da cidade e ser detentora de um conjunto de características que mostram a grande concentração de descendentes de africanos e o conjunto de referências civilizatórias de matriz africana materializadas e reorganizadas como: os templos da religiosidade de matriz africana, os movimentos carnavalescos (Bloco Ilê Ayiê, Brupo Birimbalada, Vulcão da Liberdade, etc).

Foi nesse cenário que foram desenvolvidas as oficinas, com a pesquisa-participante como um dos focos. Materializando a possibilidade da pesquisa-ação através da aplicação de metodologias desenvolvidas durante as disciplinas e oficinas da Especialização na Escolinha Comunitária Antônio Eunides¹ com a capacitação de professores e voluntários.

¹ Presidente da AMAC (Associação de Moradores e Amigos do Curuzu) que faleceu de doença de Chagas.

Quadro 1. Disciplinas da Especialização em Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

Disciplina	Ementa	Carga horária
1. História dos Africanos no Brasil	Estuda os costumes, tradições e cultura que foram trazidas pelos africanos e descendentes de africanos para o Brasil e as suas principais formas de resistência e organização.	45 horas 11 encontros
2. O Território Brasileiro e a Diáspora Africana	Estuda os territórios e espaços de matriz africana e afro-brasileira organizados no Brasil e a sua forma de interação com a sociedade, tendo como foco a diáspora.	30 horas 08 encontros
3. História da África: Seminários Especiais	Estuda os temas emergentes ligados as populações africanas e afro-brasileiras.	30 horas 08 encontros
3. Metodologia de Projetos Educacionais.	Estuda a elaboração de projetos educacionais em espaços formais e não-formais de aprendizagem.	30 horas 08 encontros
4. Metodologia da Pesquisa.	Estuda e elabora os temas e normas da ABNT e constrói o projeto de pesquisa para monografia ou artigo.	45 horas 11 encontros
5. Monografia I.	Elaboração da produção científica do discente com orientador.	30 horas 08 encontros
6. Monografia II.	Elaboração e finalização da Elaboração científica do docente com o orientador, sendo monografia ou artigo.	30 horas 08 encontros
7. Escola e Pedagogia na busca da pluralidade cultural	Estuda a relação da escola com a pluralidade cultural e a cultura africana e afro-brasileira através dos tempos, os seus retrocessos e avanços.	45 horas 11 encontros
8. Metodologia do Ensino Superior.	Estuda as metodologias ligadas ao exercício do magistério superior e as suas relações com a lei 10.639/03.	30 horas 08 encontros

Fonte: Projeto Pedagógico da Especialização em Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros das Faculdades Integradas Olga Mettig. Elaboração: Sandro dos Santos Correia.

O quadro de disciplinas foi composto por 3 de 45 horas e 5 de 30 horas, sendo intitulados de acordo com o quadro 1 exibido acima com destaque para a carga horária e a quantidade de encontros que foram realizados na sede da instituição particular do ensino superior que foram as seguintes: História dos Africanos no Brasil, O Território Brasileiro e a Diáspora Africana, História da África: Seminários Especiais, Metodologia de Projetos Educacionais, Metodologia da Pesquisa, Monografia I, Monografia II, Escola e Pedagogia na busca da pluralidade cultural e Metodologia do Ensino Superior.

Quadro 2: Oficinas da Especialização em Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

Oficina	Ementa	Carga horária
1. O Negro e o cotidiano	Análise de fortalecimento de identidades e de direitos, objetivando a construção da consciência política e histórica da diversidade.	15 horas
2. A Estética Afro-Brasileira.	Estudos da cultura quanto aos saberes, fazeres, estética, design, musicalidade e gestuais afro-brasileiros, a partir da concepção afro-brasileira.	08 horas
3. Identidades e Identificações Culturais do Afro-Brasileiro	Estuda a herança negra quanto às divindades da África Ancestral no contexto dos conflitos entre propostas civilizatórias de mundo e a construção do sagrado pelos afro-brasileiros, unindo diversas etnias para ressignificação de valores ancestrais.	15 horas
4. O racismo e a	Discussão a respeito das identidades e identificações culturais,	08 horas

sua construção psicológica	cotidiano e racismo. Avaliando os impactos negativos na população afro-brasileira.	
5. A construção do material didático para afrodescendentes.	Reflexão sobre a igualdade do afrodescendente, como sujeito de direitos, fortalecendo a autoestima através da produção de material didático para os afrodescendentes.	15 horas

Fonte: Projeto Pedagógico da Especialização em Metodologia dos Estudos Africanos e Afro-Brasileiros das Faculdades Integradas Olga Mettig. Elaboração: Sandro dos Santos Correia.

1.4 As experiências dessa construção pedagógica

A primeira experiência diz respeito às atividades realizadas durante o desenvolvimento da disciplina “O Território Brasileiro e a Diáspora Africana” e a oficina “O Negro e o Cotidiano” desenvolvida aos sábados no bairro do Curuzu durante o período do mês de abril de 2007.

A disciplina trabalhou com conceitos relacionados à Diáspora e ao Território e a Oficina com o cotidiano e alguns direitos civis. As mesmas promoveram um Encontro com os norte-americanos pan-africanistas em dezesseis de abril de 2007 nas Faculdades Integradas Olga Mettig (ver figura 1) com os alunos da Especialização para discutirmos o conceito de diáspora para avaliarmos as diferenças culturais e os impactos trazidos pela Escravidão e a sua Abolição para pensarmos em estratégias de desconstrução ao avanço da exclusão do descendente de africano e, especificamente, o afro-brasileiro.

Uma das atividades ocorreu durante o desenvolvimento da oficina no bairro do Curuzu, especificamente na escola estadual de ensino fundamental Celina Pinho (hoje desativada), através do diálogo entre os norte-americanos, num total de quatro pessoas, uma socióloga, uma antropóloga, o diretor da Universidade Dominguez Hills no estado norte-americano da Califórnia e um empresário da construção civil nos Estados Unidos.



Figura 1: Encontro com os norte-americanos pan-africanistas nas Faculdades Integradas Olga Mettig em 16.04.2007.

Esse diálogo possibilitou uma reflexão a respeito do desenvolvimento do sistema de cotas nos EUA e se o mesmo tem representado uma inclusão na qualidade de vida dos afro-estadunidenses, ao mesmo tempo em que refletimos sobre as condições de vida na Bahia com os diversos episódios que revelam a intolerância, o racismo e a pobreza continuam sendo problemas para a população afro-brasileira. Muitas das vezes, influenciando toda uma geração futura que não teve acesso às informações básicas para o desenvolvimento educacional e social.

Os encontros desenvolvidos na oficina “O Negro e o Cotidiano” foram marcados pela possibilidade tecnológica na exposição dos vídeos documentários “Xirê” e “Folhinha Verde” do cineasta Alex Souza, além dos componentes das oficinas de alabê² em 28 de abril de 2007.

O Seminário “Fala África: Diáspora Africana no Curuzu” ocorrido em 21 de julho de 2007 nas instalações da Escola Celina Pinho, localizado no Largo do Curuzu, teve como objetivo o compartilhamento de informações produzidas nos encontros das disciplinas e oficinas para um contato mais direto aos conteúdos ministrados verificando a sua prática.

² Um ogã do candomblé. Ogã – função destinada aos homens do Candomblé.

O Seminário apresentou a comunidade do Curuzu em várias sessões temáticas: das 08:00 às 10:00 o tema Quilombo foi exposto e discutido. O tema Abolição da Escravatura foi desenvolvido, logo após iniciarmos o último tema “Terreiros de Candomblé”, com o seu término às 18:00 horas.

O público alvo presente no Seminário foram os professores da escolinha comunitária Antônio Eunides (hoje desativada), estudantes das escolas públicas locais, moradores e lideranças religiosas e políticas do bairro do Curuzu. Os professores da escola Mãe Hilda também se inscreveram no Seminário.

1.5 contextualizando a comunidade do Curuzu

Esse trecho do documento pretende refletir sobre a importância desse momento para a comunidade do Curuzu e como a sua experiência dialogou com o Brasil e o restante do mundo no combate ao racismo com o seu exemplo com as várias organizações criadas nesse lugar tendo como referência o bloco afro Ylê Ayiê, M.N.U (Movimento Negro Unificado), Oju Obá, Birimbalada, Alabê e outras entidades e agremiações.

Por volta de 1948, o bairro sofria a primeira intervenção urbana com o sistema de águas e esgoto implantado pela Embasa (Empresa de Águas e Esgoto do Estado da Bahia) como também a instalação da lavanderia e Posto médico. O Curuzu foi uma das primeiras ruas populares a sofrer intervenção urbana na cidade do Salvador.

Ampliou-se o número de residências e o lugar ganhou nova configuração. O antigo traçado em torno de roças e a integração social existente entre os antigos moradores deu lugar a escolas, posto médico, asfaltamento, transporte coletivo e comércio. Sendo que a Lavanderia localizada num lugar que hoje é o largo de ônibus e intitulada por Júlia Kubitschek, mãe do ex presidente Juscelino Kubitschek, juntamente com o posto de saúde surgem em 1958. É um dos primeiros equipamentos urbanos a ser instalado e posteriormente a fundação de algumas escolas e clínicas médicas.

A rua do Curuzu possui essas características ligadas ao seu processo histórico que identifica esta área com o passado do continente africano, assim como a preservação destas tradições por meio do desenvolvimento de conhecimentos e

de práticas culturais.

O seu espaço geográfico foi forjado sob as tradições de matriz africana e afro-brasileira, essa cultura se formou e se expandiu ao fazer parte de processo do cotidiano de alguns territórios.

Na primeira metade do Século XX, a região que compreendia o bairro do Curuzu apresentava uma vasta vegetação entre as poucas casas existentes, caracterizando-se por uma zona peri – urbana constituídas de várias “roças” com árvores frutíferas e outras plantações, as quais ocupavam a maior parte do bairro; como a **roça do “sr. bigodeiro”**, situada na Baixa dos Frades, e a **roça do senhor “Zé Quatro”** que possuía um destaque especial na região, por ser um dos organizadores das festas juninas.

A origem do nome do bairro é indefinida, sendo que alguns moradores afirmam ser de origem iorubá, significando crianças pagãs ou bolo fecal; outra explicação dada por habitantes da área a respeito do nome é que no período da Independência da Bahia existia um índio chamado “curuzu” que muito se destacou nas batalhas por sua resistência e luta. Outro nome que anteriormente foi atribuído a esta comunidade era o de **“Vista do Bonfim”**, recebeu este nome porque dali se avistava a igreja do Bonfim, grande referência no Sincretismo Religioso, tanto no que se refere à caminhada dos romeiros em sua direção, quanto ao afoxé de rua, no qual se misturavam num espaço de folia e fé.

O Curuzu é uma área definida como de autoconstrução que predomina na paisagem local do ponto de vista da forma urbana e das tipologias arquitetônicas, a relação que a rua tem na Liberdade efetiva vários caminhos e fronteiras que vão pelo Pero Vaz, Duque de Caxias, Guarani, São Cristóvão e Lago do Tanque.

Dentre as festividades que possuíam as características citadas acima têm-se; as procissões de Santo Antônio, o São João, o Carnaval, a Lavagem da Fonte da Baixa dos Frades e o Natal. Na comemoração do Natal era comum se organizar procissões, ofertórios e Encenações públicas que envolviam as divindades da Igreja Católica.

Existiam dois tipos de Baile: o Pastorinho que envolvia as crianças e o Pastoril, os adultos, todos envolvidos na interpretação do nascimento de Cristo esses Bailes aconteciam na localidade do Campinho, hoje chamado de rua nova do Curuzu.

A festa de São João começava no mês de maio, intitulado mês de Maria, e

as pessoas se reuniam na casa do finado “Lebeté”, se festejando o primeiro de junho com as festividades religiosas de Santo Antônio, estendendo-se de dois a três de julho começando com a Independência da Bahia, até o dia seguinte.

O Ilê Aiyê é um Bloco afro que nasce nos anos 1970 no intuito de organizar o carnaval dos negros desta cidade, porque era proibido o afrodescendente brincar no carnaval da Bahia e só uma instituição carnavalesca voltada para este segmento conseguiria “inserir” o negro no carnaval.

Hoje, com 46 anos de existência o Bloco desenvolve algumas atividades no bairro como: Escola Mãe Hilda e o Projeto de educação pedagógica com os professores das escolas públicas da Liberdade.

Dentre as várias formas de manifestação de poder local o bloco Afro Ilê Aiyé, nascido em novembro de 1974, constitui-se numa referência importante para os moradores do lugar, no que tange a sua representatividade, alcançando expressividade, também, fora do estado e do país.

Outra referência é a organização da noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê que seleciona um conjunto de mulheres negras na valiosa missão de ser escolhida como “Deusa do Ébano” valora positivamente a estética de matriz africana como referência positiva.

Essa é uma das discussões trazidas por essa agremiação carnavalesca, mas que, traz em seu bojo esse compromisso, a defesa das populações negras, que também foram vítimas de impactos desastrosos das últimas duas guerras mundiais, a de 1914 e a de 1945.

A partir daí surge um movimento, por volta de 1989, organizado por alguns moradores, que tinha como finalidade a mobilização da comunidade para o não pagamento dos recibos de água e a regularização da coleta de lixo urbano.

A Empresa baiana de águas e esgoto – Embasa, não cumpria com o fornecimento regular de água. Não existia fornecimento por volta de cinco meses e a irregularidade da vinda do caminhão da Limpurb, Empresa de limpeza urbana da cidade do Salvador, que realizava a coleta do lixo produzido pela comunidade era intensa.

Em 1990 a comunidade se organiza em torno da AMAC (Associação de Moradores e Amigos do Curuzu), realizando o seu primeiro trabalho como entidade representativa em 1991 com a campanha de construção de jardins nos locais onde

se depositava o lixo, já que esses pontos de sujeira representavam perigo a todos, por estarem localizados a frente de uma escola e ao lado de um posto médico.

As lutas sociais que tinham como meta o direito de morar envolveram entidades como: os blocos Oriobá e Alabê, MNU (Movimento Negro Unificado), AMAC, Capela São José, Templos da Religiosidade Afro – Brasileira Ilé Axé Jitolu e Vodun Zô e o próprio conjunto de moradores do bairro.

O Curuzu se torna bairro em 20 de setembro de 2017 com o Decreto de nº 9.278 em que revogou a lei de nº 1.038, de 15 de junho de 1960, assinada pelo então prefeito da capital Antônio Carlos Magalhães Neto. Essa lei dispõe sobre a delimitação e denominação dos bairros do município de Salvador.

A obra de requalificação urbana do Curuzu teve a ordem de serviço assinada no dia 06 de agosto de 2019 com previsão de 09 meses de duração com um investimento de 6,8 milhões de reais.

Uma das políticas públicas nascidas no Curuzu é a do corredor Cultural, o Corredor cultural do Curuzu, uma das ideias defendidas pela professora Eny Kleyde Vasconcelos Farias (2007), coordenadora da pós graduação das Faculdades Integradas Olga Mettig durante vários anos e na mesma instituição houveram quatro turmas de pós-graduação, uma Especialização Latu Sensu em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.



Figura 2: Inauguração do busto de Apolônio de Jesus no largo do Curuzu em 2020. Fonte: <https://www.pressreader.com/brazil/correio-dabahia/20201107/281556588346694>

O busto inaugurado no largo do Curuzu de Apolônio de Jesus é a prova viva da memória desse lugar que homenageia um dos fundadores do bloco afro Ilê Aiyê e fundador do bloco afro Oju Obá.

O sentido da diáspora para os descendentes de africanos até os dias atuais é um aspecto que une e liga várias gerações em uma atuação política de luta contra o racismo e a exclusão, indo além, sendo o ponto de partida para a busca da ancestralidade e da memória do povo negro.

1.6 Os acadêmicos da Especialização e seus desdobramentos

Ao vermos de 2007 a 2021 é um tempo de 14 anos, nesses anos a realidade política do país viveu uma experiência marcada por políticas públicas que antes não tinham sido vividas pela população brasileira, a exemplo das ações afirmativas.

Os alunos da especialização *latu sensu* eram professores da escola pública, que atuavam em estabelecimentos de ensino da prefeitura de Salvador e também da secretaria estadual de educação da Bahia.

Entre esses acadêmicos também estavam agitadores culturais a exemplo de membros de diretoria de blocos carnavalescos como: o Ilê Ayiê, Olodum, Araketu e Filhos de Gandhi.

A trajetória desses profissionais do ensino e da cultura foram marcadas por uma novidade da aplicação da lei 10.639/03 e de como a mesma, frente, a inexperiência, foi um momento novo e pedagogicamente diferente.

Alguns participantes também pertenciam as religiões de matrizes africanas a exemplo do candomblé e da Umbanda, que se inscreviam em razão da proposta acolher uma temática que foi historicamente excluída pelas universidades.

As relações com os cursistas, com alguns e algumas, permanecem até os dias atuais, a exemplo da SPD (sociedade protetora dos desvalidos) em que assumiu a coordenação geral de uma instituição criada no período oficial da Escravidão em 1832.

1.7 Conclusões iniciais

Concluiu-se que houve um aprofundamento, entre os alunos e a comunidade do bairro do Curuzu, acerca das informações do continente africano e da população afro-brasileira; além da interação entre a comunidade e a academia através dos seminários e o aumento da participação da população local e da autoestima. Principalmente para a população residente no bairro do Curuzu pelo seu exemplo de resistência na cidade e como área remanescente de quilombo no município de Salvador.

O outro aspecto a ser considerado é a garantia da construção coletiva de uma possibilidade metodológica a ser inserida e trabalhada em espaços formais e informais da educação para o sistema de ensino, mesmo não terminando esta etapa formal de uma das imposições do capitalismo para a educação que são materializadas nas relações sociais de exploração instituídas no território brasileiro.

Os 15 anos depois da experiência da Especialização encontrou informações diferentes de 2007 como o fechamento da escola estadual Celina Pinho, e em 2017 com a mudança de status de rua para bairro e a requalificação urbana que inaugurou o busto do herói negro Apolônio de Jesus no largo central do hoje bairro do Curuzu.

O que não mudou ainda, substancialmente, foi o preconceito, a discriminação e o racismo, e pela atual conjuntura planetária, o papel dessa comunidade na cidade do Salvador ainda continua sendo uma das vanguardas como um farol que nos guia na construção de um sem racismo ou de condições menos desiguais na educação.

REFERÊNCIAS

BACELAR, Jeferson. Etnicidade (Ser negro em Salvador) editora Penba lanamá, 1989.

BARBOSA, Wilson Nascimento. Cultura Negra e dominação. São Leopoldo: Ed. Unicinos, 2002.

CANDAU, Vera Maria – (coord.) Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos, Rio de Janeiro: DP e A, 2003.

CORREIA, S. S. Racismo. Desenvolvimento. População Negra. 1ª Ed. Editora Filos. Salvador, Bahia, Brasil, 2021.

CORREIA, S. S. Curuzu, da resistência a requalificação urbana, um território negro em Salvador-BA, p. 260-286. Revista da ABPN, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.34.p260-286>

CORREIA, S. S; SERPA, A. Influência do processo de expansão urbana na perda de áreas verdes e no uso das plantas medicinais nos terreiros do Curuzu, Salvador. In: Fala Periferia! Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador, UFBA, 2001.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA, 2008. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523212148>

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo, Selo Negro, 2004.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira – Agada. Dinâmica da civilização africano-brasileira. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACHADO, Cristina Gomes. Multiculturalismo: muito além da diferença. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

MACHADO, Vanda – Ilê Axé: Vivências e invenção pedagógica. As crianças do Opô Afonjá. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786556302034.0005>

OLIVEIRA, David Eduardo de. Cosmovisão Africana no Brasil: elementos para uma filosofia afrodescendente. Curitiba: Editora Gráfica, 2006.

REIS, João José – Rebelião escrava no Brasil, a história do levante dos malês (1835). 2ª ed. Salvador: Editora Brasiliense, 1987.

SEMPRINI, Andréa. Multiculturalismo: São Paulo: EDUSC, 1999.

SILVA, Alberto da Costa e – A manilha e o limbambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático. Salvador, EDUFBA, 2001. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523211783>

SODRÉ, Muniz. O terreiro e a cidade. A forma social negro brasileira. Editora Vozes, 1988.

VALENTE, A.L. E. Ser negro no Brasil. São Paulo: ed. Moderna, 1994.

INAUGURAÇÃO DO BUSTO DE APOLÔNIO DE JESUS. Disponível em: <https://www.pressreader.com/brazil/correio-da-bahia/20201107/281556588346694>
Acesso em 10.05.2021.